

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.494 - MG (2019/0207622-4)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : COSME LOPES SIMOES  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de COSME LOPES SIMÕES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime de furto qualificado tentado.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS – TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO PELO ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – PRISÃO FUNDAMENTADA NO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE – INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ESTREITA DO WRIT – PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – COMPATIBILIDADE COM A PRISÃO PREVENTIVA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. Não há ilegalidade na decretação da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatos concretos, que a segregação é necessária para acautelar a ordem pública, diante, principalmente, do risco de reiteração delitiva. O princípio da presunção de inocência e as condições pessoais favoráveis do paciente, por si sós, não obstam a manutenção da prisão preventiva.*

*É incabível a alegação de que a prisão provisória afronta o princípio da proporcionalidade, pois caberá ao juiz, no momento oportuno, depois da análise de todas as provas, julgar a causa e, em caso de condenação, dosar a pena e avaliar o regime prisional adequado, o que demanda valoração probatória e exame completo das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal (fl. 73).*

No presente *writ*, sustenta a ausência dos requisitos necessários à manutenção da custódia cautelar.

# Superior Tribunal de Justiça

Requer, assim, a concessão da ordem para revogar a prisão preventiva e “declarar a atipicidade material da conduta e absolver o recorrente, com o reconhecimento da ausência de justa causa para a persecução penal pela aplicação do princípio da insignificância”.

Liminar indeferida às fls. 101/102.

Informações prestadas às fls. 113/151.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade da impetração, conforme parecer de fls. 113/151.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Inicialmente, cumpre destacar que o pleito de revogação da prisão preventiva resta prejudicado em razão da concessão da liberdade pelo juízo de primeiro grau, conforme informado às fls. 114/115.

No que diz respeito ao pedido de trancamento da ação penal em razão da atipicidade material da conduta, verifica-se que o Tribunal de origem não foi instado a se manifestar sobre o tema no acórdão impugnado, o que impede o conhecimento do presente recurso, sob pena incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

PENAL. HABEAS CORPUS. CONCUSSÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. LAPSO PRESCRICIONAL DE 8 ANOS ENTRE A DATA DO FATO E O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA NÃO DECORRIDO. REGIME PRISIONAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. OMISSÃO DO JULGADO NÃO IMPUGNADA PELA DEFESA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL EM RESTRITIVA DE DIREITOS. PENA SUPERIOR A 4 ANOS DE RECLUSÃO. REQUISITO OBJETIVO NÃO PREENCHIDO. WRIT DENEGADO.

1. O acórdão ora impugnado reconheceu como data da consumação do crime o dia 1º de julho de 2000, pois a peça acusatória afirmou que a prática delitiva foi cometida no segundo semestre de 2000. Ora, ao contrário do sustentado pela impetrante, o fato de não ter sido precisada a data da consumação do delito não permite conclusão no sentido de que o crime deve ser tido como cometido no dia 1º de janeiro de 2000, pois a denúncia delimitou, dentro do possível, o contexto

# *Superior Tribunal de Justiça*

temporal em que a conduta foi praticada, não sendo razoável reconhecer como termo inicial da contagem do prazo prescricional data anterior ao semestre no qual a conduta foi praticada.

2. Considerando a pena de 2 anos e 2 meses de reclusão estabelecida para o crime de concussão, não se cogita a prescrição da pretensão punitiva do crime praticado contra a empresa "Carlindo Soares Produções Artísticas Ltda.", pois não restou superado o lapso temporal de 8 anos entre a data do fato delitivo e o recebimento da denúncia (CP, art. 109, IV).

3. No caso, os autos revelam ter sido, inicialmente, imposta ao réu a pena de 11 anos e 11 meses de reclusão, em regime prisional fechado, pela prática do delito de formação de quadrilha e de 5 crimes de concussão, praticados em concurso material. Assim sendo, a fixação do regime prisional mais severo era decorrência lógica da quantidade de sanção corporal estabelecida, nos moldes do art. 33, § 2º, "a", do CP, sendo então desnecessário tecer maiores considerações sobre o tema. De igual modo, estabelecida pena superior a 4 anos de reclusão, era despiciendo perquirir a conveniência da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, porquanto restou definida reprimenda muito superior ao limite objetivo estabelecido no art. 44, I, do CP.

4. No julgamento dos dois aclaratórios opostos pela defesa, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro reconheceu o advento da prescrição da pretensão punitiva de três dos cinco delitos de concussão praticados pelo réu, assim como do crime de formação de quadrilha, o que implicou redução da reprimenda a 4 anos e 4 meses de reclusão pelos dois crimes do art. 316 do CP remanescentes. Todavia, conquanto tenha reduzido a pena final do ora paciente, verifica-se que o referido colegiado olvidou-se de proceder ao exame da conveniência da manutenção do regime prisional mais severo para o desconto da reprimenda.

5. Caberia à defesa opor embargos de declaração contra o acórdão, a fim de suprir tal omissão, como, de fato, o fez em duas oportunidades anteriores.

Entrementes, percebe-se que o acórdão condenatório transitou em julgado, sem que a omissão do órgão julgador houvesse sido impugnada através de novos aclaratórios.

6. O silêncio do Colegiado de origem obsta a apreciação de tal matéria por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

7. Ainda que o acórdão não tenha se manifestado sobre a possibilidade de conversão da pena corporal em restritivas de direitos, considerando o quantum de pena definida ao réu, descabe falar em concessão do benefício ora vindicado, pois mesmo após ter sido decretada a extinção da punibilidade de 4 dos 6 crimes descritos na peça acusatória, a reprimenda foi definida em patamar superior a 4 anos de reclusão, não restando atendido, portanto, o requisito de natureza objetiva estabelecido pelo art. 44 do Código Penal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

8. Writ denegado (HC 375.788/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018).

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AMEAÇA E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL COM RELAÇÃO AO PORTE DE ARMA. MERA IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA. TEMA NÃO ANALISADO PELAS INSTÂNCIAS A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos, porquanto em sintonia com a jurisprudência desta Corte superior.

2. Constatado que a instância de origem não analisou a possibilidade de trancamento da ação penal em razão da ocorrência de mera irregularidade administrativa, inviável o debate diretamente por este Tribunal superior sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

3. Caberia à defesa a oposição de embargos de declaração perante a Corte estadual a fim de provocar o exame pormenorizado da matéria, ônus do qual não se desincumbiu.

4. Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 96.217/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 04/09/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator